

RESENHA BIBLIOGRÁFICA(*)

VI Congresso Internacional de Minería. *La Minería Hispana e Iberoamericana. Contribución a su Investigación Histórica. Estudios. Fuentes. Bibliografía.* Oviedo. Gráfica Summa. 1970. 7 volumes.

O VI Congresso Internacional de Mineração, reunido em Mad í em junho de 1970, foi precedido de um Colóquio Internacional sobre História da Mineração, organizado pela "Cátedra de San Isidoro de León".

A temática geral do Congresso foi "A Ciência a serviço da Mineração". A contribuição do comitê espanhol destinou-se, em especial, à quarta secção: "Fatores Humanos na Mineração".

Os responsáveis pelo I Colóquio Internacional de Mineração, por diversas razões expostas pelo ilustre Don Antonio Viñayo González, "rector de la cátedra de San Isidoro" de León, na justificativa que abre o volume I, limitaram o temário do Colóquio à mineração da Espanha Antiga, Medieval e Iberoamericana. Entretanto, lamentavelmente, os artigos referentes à mineração americana, dizem respeito apenas à Americana Hispânica.

O objetivo do Colóquio foi a busca do reencontro da técnica com os estudos humanísticos; o conhecimento do mineiro através da História, com seus sofrimentos, suas ilusões seus avanços e seus retrocessos. O centro das investigações esteve nos dados arqueológicos e na documentação arquivística. O resultado do encontro foi a publicação de sete volumes de comunicações, levantamento de fontes e bibliografia referentes à mineração hispana e iberoamericana.

O volume I apresenta as *Ponencias del I Coloquio Internacional sobre Historia de la Minería*, divididas em cinco secções: I — "Mineração Hispana Antiga", (9 comunicações) — II — "Mineração Hispana Medieval", (2 comunicações) III — "Mineração Iberoamericana", (17 comunicações) IV — "Bibliografia Mineira", (2 comunicações) V — O Ensino da História da Mineração", (2 comunicações).

Sobre "Mineração Antiga", entre outros trabalhos de real valor estão: *Les Exploitations Aurifères du Nord-Ouest de la Peninsule Ibérique sous l'Occupation Romaine*, por Claude Domergue; *Mineração Romana em Portugal*, por Fernando de Almeida; *Ancient Slags in the South West of the Iberian Peninsula*, por Leonard U. Salkield; *El "Tartéssios Chalkós" y las Relaciones del SE. con el N.O. de la Península em la Época Tartéssica*, pelo erudito professor A. García y Bellido. Os trabalhos são ricamente ilustrados

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

com documentos arqueológicos e mapas, fundamentando-se em recentes investigações arqueológicas.

A "Mineração Hispana Medieval" mereceu dois trabalhos: *Metales y Minería en la Época Visigótica, a través de Isidoro de Sevilla*, por Manuel C. Díaz y Díaz; *El Hierro en el Medievo Hispano*, por Miguel Gual Camarena.

A secção III, a de maior número de comunicações, apresentou, só sobre "Potosí", quatro trabalhos. Figuram nesta secção: *Fuentes Documentales Chilenas para el Estudio de la Historia de la Minería en el Período Indiano*, por Antonio Dougnac Rodríguez.

Antonio del Valle Menéndez, argumenta sobre a necessidade do ensino da História da Mineração nos estudos de nível universitário e indica metodologia para o estudo da História da Mineração no trabalho: *La Enseñanza de la Historia de la Minería a Nivel Universitario* (secção V).

Os volumes II e III reúnem os *Apuntes para una Biblioteca Española, de Libros, Folletos y Artículos, Impresos y Manuscritos, Relativos al Conocimiento y Explotación de las Riquezas Minerales y a las Ciencias Auxiliares*, por Eugenio Maffei e Ramón Rua Figueroa Madri, J. M. Lapuente, 1871-1872. Trata-se de uma reedição desta obra de real valor para os que se dedicam à História Econômica em geral e, em especial, para os que estudam a História da Mineração. Não se propuseram estes autores do século passado a escrever uma história da mineração da Espanha, mas a reunir os diversos materiais que ajudariam a realizar essa empresa. A uma pequena introdução segue-se o índice de matéria por ordem alfabética, conforme a nomenclatura adotada pelos autores que figuram nos "Apuntes", sem ajuste a nenhum sistema científico. O objetivo é facilitar a consulta de resenhas bibliográficas e um resumo de grande número de obras (2.791). Acompanha uma secção de indicação de obras anônimas, com as quais a catalogação chega a 4.196 obras. Segue uma secção de bibliografia estrangeira relativa à Espanha. Com mais esta bibliografia a relação atinge 4.996 obras. Recordamos que trabalhos semelhantes com anterioridades aos "Apuntes" só foram realizados na Alemanha no ano de 1786 e na Inglaterra em 1858. Muitos anos de experiência mineira na Espanha e na América Espanhola produziram, como é lógico, um caudal bibliográfico que em meados do século XIX se fazia necessário organizar. O trabalho, que o VI Congresso Internacional de Mineração teve a boa lembrança de reeditar, é um modelo no gênero, na forma em que se entendiam os repertórios bibliográficos da época. Hoje e sempre resultará em inesgotável veio documental para a história da mineração.

O volume IV apresenta um resumo de diversos materiais que contribuem para facilitar a formação de uma *Biblioteca Espanhola e Iberoamericana de Mineração*. Este resumo seria a "antecipação de um trabalho de maior vulto". Infelizmente não apresenta, ao nosso ver, o mesmo valor da obra realizada por Maffei e Rua Figueroa, pois não possui a uniformidade de crítica bibliográfica que seria de desejar.

O volume V, *Archivo General de Simancas, Índice de Documentación sobre Minas* (1316-1832), apresenta um total de 885 "fichas" ordenadas por secções, conforme a atual classificação do arquivo. Trata-se do primeiro índice que se redige em Simancas, em equipe e com caráter exclusivamente monográfico. Armando Represa, diretor do arquivo na introdução do livro, chama atenção de que o "Índice" não é nem um catálogo, nem um inventário, nem um fichário, senão uma fusão dos três, a maneira de repertório indicativo de fontes com o qual o investigador tem, já reunido, todo o material que o Arquivo pode oferecer em relação ao tema. A maior abundância de documentação corresponde — como era de se esperar dada a índole do Arquivo — aos séculos XVI-XVIII.

Destaque-se no volume V a secção: "Mapas, Planos y Dibujos". Ela oferece dois desenhos a tinta, com explicações referentes às minas de Almadén. O de número índice, 881: "Traça... de como se podría beneficiar el pozo de los azogues del Almaden por tres o quatro años hasta que estoviese puesto em su perfeçion a grau provecho de S. M sin costa suya". Año 1560. O desenho de número índice, 883, é: "la forma que se tiene para desaguar la mina de Almadén, mediante cinco tornos". Ano 1674.

O volume termina por um índice em ordem alfabética relativas aos diversos termos.

O volume VI, *Documentos existentes en el Archivo General de Indias, Sección de Guatemala*. A Secção V, ou secção de governo, do Arquivo Geral das índias, de Sevilha, compreende quatorze subsecções (São Domingos, México, Guatemala, etc). Soma um total de 18.422 maços, dos quase 40.000 que constituem seu acervo. É essa secção que mais reúne documentos de interesse sobre mineração. Trata-se de um trabalho realizado por uma equipe. Na introdução do livro José Muñoz Pérez indica quem fez as revisões e catalogações, (927 maços e 1131 referências), sendo a primeira de 22 de abril de 1601 e a última de 18 de dezembro de 1811.

O volume VII, *Los Capítulos sobre los Metales de las Etimologías de Isidoro de Sevilla*, por Manuel C. Díaz y Díaz, segundo seu autor, é um ensaio de edição crítica, com tradução e notas. É urna amostra do que virá a ser a edição integral das "Etimologías Isidorianas" que prepara desde 1960 o "Bureau International des Études Isidorienes". A introdução compreende uma biografia suscinta de Isidoro de Sevilha, autor enciclopédico do século VII. A obra está dividida em vinte livros, cada um deles tratando de assunto específico: medicina, guerra, retórica, agricultura, etc. O livro XVI de Isidoro de Sevilha trata de "geología y medidas"; foi o traduzido e comentado por Díaz y Díaz, que levou em conta mais de duas dezenas de manuscritos.

A contribuição do comitê espanhol, ao VI Congresso Internacional de Mineração é elogiável, pelo alto nível das comunicações apresentadas no Colóquio e pela utilidade das indicações precisas de fontes sobre diferentes assuntos mineiros.

MARIA DA GLÓRIA ALVES PORTAL.



GARMUS, O. F. M. (Frei Ludovico). — *O Juízo Divino na História. A História de Israel em Ez. 20, 1-44*. Editora Vozes, Petrópolis, 1975, 108 págs.

Este livro é mais uma excelente contribuição aos estudos bíblicos no Brasil feita no seio da Igreja Católica Romana. O Autor, um jovem frade franciscano, natural de Santa Catarina, fez os estudos preparatórios e pré-teológicos em Agudos, Blumenau e Curitiba, em institutos da sua ordem, e cursou Teologia no Seminário de Petrópolis, do qual se tornou professor de História Eclesiástica logo depois de formado, e de Exege Bíblica desde 1972, disciplina em que se especializou no Pontifício Ateneu Antoniano de Roma, e em Jerusalém no *Studium Biblicum Franciscanum*, tendo neste último defendido tese sobre a "Visão da História de Israel no Profeta Ezequiel e sua relação com a Tradição". O presente estudo é um extrato dessa tese doutorai.

A obra divide-se em sete capítulos, na seguinte ordem:

I. — Introdução; II. — O texto original de Ez 20; III. — O gênero literário; IV. — Divisão e análise do capítulo; V. — Visão da História de Israel em Ez. 20 VI. — Ezequiel e sua visão da história do futuro de Israel, vv. 33-38. 40-44; VII. — Como Ezequiel considera as tradições. Uma longa lista das siglas e abreviaturas utilizadas precede o estudo e uma "Bibliografia Geral", relacionando mais de 180 títulos segundo a ordem alfabética dos autores, encerra o volume.

O trabalho é rico em úteis informações sobre um dos mais interessantes temas de teologia bíblica ultimamente em discussão nos meios da respectiva especialidade. Parte o Autor de uma breve introdução sobre o lugar que ocupam na Bíblia os conceitos históricos, lembrando que muito antes que os gregos, egípcios e babilônicos o fizessem, já o povo de Israel havi a percebido que a história é "um processo", "um desenvolvimento", no qual "uma série de fatos é examinada à luz do princípio de causalidade". Apoiado em Noth, o Autor assinala que, dentre os autores bíblicos, destacam-se os profetas como os que primeiro reconheceram, nos acontecimentos contemporâneos, o esboço de um plano estabelecido por Deus.

Mostra o Autor a grande contribuição que, para tais estudos, nos oferecem os adeptos da análise teológica das Escrituras segundo o método da *Heilsgeschichte*, isto é, da "História da Salvação". O objetivo do Autor, como já no sub-título do livro o anuncia, é pesquisar a posição de Ezequiel num particular capítulo da sua extraordinária obra profética, à luz das conclusões a que chegam os exegetas da escola citada.

O profeta do exílio usava com liberdade as diferentes tradições em que a história antiga do povo de Israel se baseava, mas interessando-se por elas

apenas na medida em que lhe fossem úteis para a pregação da sua mensagem e na medida em que se coadunassem com a sua visão teológica, dominada pela idéia da santidade de Javé (cp. pág. 95). A história é, para Ezequiel, um juízo divino. A história de Israel, para o profeta, começa no Egito com a revelação do nome de Javé. Para o estudo e interpretação dessa história, o profeta vale-se de diferentes tradições, particularmente da deuteronomista. Na reflexão sobre o futuro do povo que Deus, em sucessivas oportunidades, protegera da destruição apesar de sempre a ter merecido, Ezequiel interpreta o pensamento de Deus revelado na existência interrompida de um "resto", no seio do povo rebelde e desobediente, que, no curso de tantas gerações, lhe permanecia fiel. Um segundo "êxodo" culminaria, não tanto numa conquista ou reconquista da Terra prometida, mas no culto verdadeiro em Sião, com o objetivo final do reconhecimento de Javé como Deus e a vida de cada um em comunhão espiritual com Ele. O Autor termina o seu ensaio com a citação do Apocalipse: "Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens: Habitará com eles e serão o seu povo, e ele estará com eles e será o seu Deus" ou, como traduz o Autor: "Ele será o Deus-com-eles".

Ao apresentar, aliás com sincera admiração pelo seu valor intrínseco, este recente livro da Editora Vozes, não pode o crítico, entretanto, deixar de assinalar alguns pontos que, no seu entender, devem ser revistos.

Sabe o autor destas linhas que o ilustre membro da ordem franciscana fala correntemente pelo menos seis línguas e ultrapassa bastante de dez as que lê com facilidade. Além de ter permanecido no exterior muitos anos, o Autor pertence a uma família de raízes ítalo-polonesas. Não é difícil, desde logo, compreender a razão pela qual não parece ser coisa fácil ao Autor redigir em português. Neste sentido, pode-se dizer que toda a obra, sem escapar quase um único parágrafo, precisa de cuidadosa e séria revisão. Como ilustração da forte influência estrangeira sobre a linguagem do Autor, citem-se estes dois casos, nos quais a evidência é mais clara: À pág. 14, diz o Autor que "Foi Israel que, [...], *por primeiro* (grifo nosso) percebeu a história como um processo...". Ora, a frase adverbial não é portuguesa. É uma transposição para forma aportuguesada do puro italiano *per primo*, no sentido de *prima ditutto* ou, na nossa bela língua (ou melhor, na nossa também bela língua), de *em primeiro lugar*. À pág. 64, diz o Autor: "O escopo deste novo *intervento* (grifo nosso) de Javé na história de Israel... " Acontece que a forma *intervento*, apesar da aparência, não é vernácula. É, sim, italiana também. É fácil compreender que o Autor, neste caso, ao traduzir o capítulo da sua tese, redigida certamente em latim, segundo a tradição romana, o Autor tenha com naturalidade deixado pingar da sua pena *intervento* por *interventus* em vez de, como seria correto, *intervenção*.

Multiplicam-se, ademais, ao longo de todo o texto, não raro em prejuízo da clareza da exposição de tão valiosa pesquisa, os casos de outros tipos de erros e impropriedades da língua, ou de estilo.

Alguns exemplos apenas. "Torrey... *propõe* que o livro se tenha originado no século III" (p. 19); "transpondo os vv. 28-29 após o v. 22" (p. 24, nota 93; vd. tb., nota 90 e pág. 35 e 36); à pág. 53, a uma série de razões pelas quais defende o emprego de determinada expressão hebraica, o Autor dá a forma que se costuma utilizar em decretos, sentenças e outros documentos semelhantes, de sucessão de considerandos; às págs. 41, 48, 49, 53, 54, 57, 74, esquece-se o Autor da preposição *de* (dúvida que, diferença que, etc); à pág. 42, no subtítulo, emprega o substantivo masculino *preliminares* em vez do feminino, o mesmo ocorrendo no texto; à pág. 44, o Autor diz que no interrogatório se usa a forma interrogativa, quando outra coisa não seria de esperar..., e diz também que o juiz se dirige *ao imputado*, quando devia dizer *ao acusado*. Imputada é a este a acusação. Creio que o problema todo se prende a um erro de tradução do francês no título de um artigo de J. Harvey na revista *Bíblica*. *Réquisitoire* é um termo forense, que de modo algum se pode traduzir por *interrogatório*. Aliás, a expressão híbrida "Rib-Pattern" (*Rib*, palavra hebraica que significa contenda, luta, pleito) corresponde perfeitamente ao "réquisitoire prophétique" a que se refere o artigo citado, mas nunca a um simples "interrogatório".

Quanto à tradução do texto hebraico que o Autor nos oferece, enriquecida de muitas notas, nas páginas 21 a 26, nem sempre será possível concordar com as opções de Frei Ludovico Garmus, aliás, por coincidência, todas as vezes em que se afasta das melhores traduções existentes. Bastam dois exemplos.

O primeiro está nos versículos 9, 14 e 22. do capítulo 20 de Ezequiel. A páginas 22, 23 e 24. Visto como Frei Ludovico informa o leitor, à pág. 22, que a sua tradução corresponde ao texto original, expurgado das glosas, somos levados imediatamente ao hebraico, e logo nos surpreendemos com o fato de que, na realidade, em vários pontos se afasta dele, não só em virtude das conclusões a que o levou a Alta Crítica, mas também por causa de, a nossa ver, certo descuido na própria tradução do texto. Um exemplo disso está nos textos acima citados. A impressão com que se fica é que, no caso, o Autor segue antes a Vulgata do que o original. Este repete a mesma forma e os mesmos termos nos três versos, o que também fazem Moffat, Goodspeed, a *Revised Standard Version*, a *New English Bible*, Second, A Bíblia de Jerusalém (francesa), Reyna-Valera, Almeida, a Tradução Brasileira, a edição brasileira do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, das Edições Paulinas, e outras, inclusive a famosa versão chamada do Rei Tiago. Matos Soares utiliza um sinônimo num dos versículos, Nacar-Colunga abusa desse recurso de puro interesse estilístico e Zamenhof, na sua bela tradução do original para o esperanto, muda um pouco a forma no v. 14. Mas todos eles, sem exceção mantêm-se fieis ao hebraico, que reza assim:

Weaas leman semi levilti hehel leeynei hagoim e que traduzimos desta maneira: "Agi por causa do meu nome para que não fosse profanado na presença das nações".

Citemos algumas das traduções acima mencionadas:

"I acted for the honour of my name, that it might not be profaned in the sight of the nations" (N. E. B.)

J'eus égard à mon nom, et je fis en sorte qu'il ne fût pas profané devant les nations" (B. J.)

"O que fiz, porem, foi por amor do meu nome a fim de que ele não fosse profanado" (A.)

"Agi por respeito ao meu nome a fim de que ele não fosse profanado" (P. I. B.)

Ora, o ilustre Autor preferiu uma forma breve de dizer a mesma coisa e, para consegui-lo, subtraiu, porque deixou de traduzi-la, uma frase inteira, por sinal muito forte e significativa do texto, consequentemente empobrecendo-o. Como o Autor não tomou como glosa a referida frase, (porque, se o fizesse, te-lo-ia dito em nota como é sempre o seu modo de proceder), é lícito supor que ele teria considerado o hebraico redundante. Mas, de fato, ao privar o verbo *aas* (agir) do seu adjunto adverbial (*leman semi*) (por amor do meu nome) do qual restou apenas um termo, o seu complemento nominal, que o Autor transformou em objeto direto do verbo *hehel* (profanar ou desacreditar). Acontece, porem, que *hehel* (por *hihel*) está no *Niphal*, portanto na voz reflexiva que, no caso presente só pode traduzir-se pela passiva, pois o agente da ação só pode ser o povo a quem o profeta Ezequiel transmite a Palavra de Deus. Era o povo, reiteradamente rebelde, que ultrajava o Nome do seu Deus Javé. A tradução do nosso Autor, porem, deixou obscuro o sujeito da ação ignominiosa. O leitor menos avisado poderia admitir que é Javé o agente. De qualquer maneira, há nos três textos em pauta, duas *purpose sentences*, para usar a terminologia de A. B. Davidson (*Hebrew Syntax*, págs. 199-200), a saber *levylti* e *leman*, e nada pode justificar a simples eliminação de qualquer delas. Ambas se referem ao Nome de Javé, a primeira com o propósito de dar a razão pela qual Javé decidiu suspender o castigo do povo (pela honra do seu Nome), a segunda com o objetivo de explicar o cuidado manifestado por essa decisão (para que não fosse o santo Nome de Javé ultrajado perante as nações da terra).

Vejamos agora o segundo exemplo. Trata-se da tradução de uma só palavra, o adjetivo participial *sefúkhâh*, nos versos 33 e 34 (vd. págs. 24 e 79). A tradução que o Autor dá a essa palavra é *desenfreada*: "hei de vos reunir com mão forte, braço estendido e ira desenfreada".

Ora, *safakh*, *effudit* (a Vulgata diz: *in furore effuso*, que Matos Soares e a tradução do Pontifício Instituto Bíblico seguem de perto), tem o sentido de *derramar* (part. *derramado*), como o latim que Jerônimo foi provavelmente buscar em Cícero e Quintiliano. Frei Ludovico, nos versos 8 e 13 empregou

outra palavra: *despejada*, a qual, entretanto, embora aparentemente se aproxime melhor do original, ainda não o traduz, porque *despejar* é livrar de estorvo (como nos Lus. X, 28), é entornar, desencher, alijar. Não é, portanto, sinônimo de *derramar*, palavra que se define por entornar no sentido de fazer correr, esparzir, distribuir, espalhar.

Aí está, pois, porque nem *despejada* nem muito menos *desenfreada* se encontram em nenhuma outra versão que em vernáculo exista da Bíblia Sagrada para traduzir o vocábulo hebraico que vimos discutindo, onde quer que seja empregado, assim em referência à expressão da ira divina, como à do seu Espírito (Vide Joel 2,28.29; Ez 39,29. Cp. At 2,17.18 e Rm 5,5, onde o verbo é o mesmo da LXX).

A ira de Deus que, na linguagem bíblica, se derrama sobre aqueles que praticam o mal e se comprazem na injustiça contra o seu próximo, na rebelião contra o Criador, não é manifestação de irracionalidade ou de irresponsabilidade e desenfreamento, mas, ao contrário, "sinal da divina aversão ao pecado, como é próprio do caráter de Deus" (N. H. Snaith). Deus não age de modo desenfreado, sem auto-controle, como os seres irracionais ou as forças incontritas da natureza ou mesmo do homem embrutecido.

"A ira de Deus — diz Karl Barth — é verdadeiramente a ira de Deus, e, portanto, santa e justa, no sentido particular de que ela não tem igual em nenhuma outra e não visa à destruição da criatura: é uma ira orientada e refreada (*dirigée et contenue*), a qual tem sua forma e seu conteúdo próprios, que lhe vêm não do exterior, mas do próprio Deus, sabendo o que ele quer e o que ele faz". (*Dogmatique*, vol. VII pág. 160). Como está em Isaías: "Por amor do meu nome retardarei a minha ira, e pela minha honra me contarei para contigo, para que não venha a destruir-te" (48,9). É por esse motivo que o mesmo Isaías e o Salmista dizem que "a ira de Deus dura só um instante" (Is 54,8; Sl 30,5).

Deixando de lado alguns problemas de menor importância, como, por exemplo, algumas falhas metodológicas, restam-me algumas dúvidas que poderão porventura perturbar muitos leitores atentos, como auguro, que, haja da interessante e erudita monografia do padre franciscano.

Assevera, por exemplo, o Autor que J. Rieger é de opinião que "todo e qualquer acontecimento no mundo constitui o lugar da revelação divina". Não tenho a obra à mão, mas fica-me a dúvida: di-lo-á, assim, o autor citado? Se o faz, concordará com ele o nosso Autor?

Lamento que o livro faça referência à opinião de várias autoridades em psicologia patológica sobre a provável "anormalidade" do profeta Ezequiel, e o faça de passagem, deixando o caso, no ar para discutir questões de crítica literária (pág. 19). Por que não esclareceu melhor esse ponto, mostrando que, como fez W. F. Albright no *From the Stone Age to Christianity* (págs. 248-9), "a despeito da sua tendência para a anormalidade psíquica, tendência que compartilha com muitos outros líderes espirituais da humanidade, Ezequiel foi uma das maiores figuras espirituais de todos os tempos".

Mostra Albright como os sinais que realmente existem de alguma falta de equilíbrio mental e de desajustamento social nesse profeta, a verdade é que a história está cheia de exemplos de que o velho aforismo *metis sana in corpore sano* representa antes uma exceção do que uma regra na história daqueles que mais contribuíram para a desenvolvimento da história e para o progresso da ciência.

É pena, ainda, que o Autor tenha aparentemente deixado passar em julgado a afirmação de G. Hölscher, por ele citado à pág. 26, de que o profeta Ezequiel escreveu *sempre* em verso.

Uma última questão. Logo no começo do livro, o Autor refere-se à *Heilsgeschichte*, que parece nortear-lo na sua pesquisa, dando a entender que se trata de uma teoria surgida "logo após a segunda Guerra Mundial" (pág. 13). Longe de mim pretender dar lições ao culto professor do Instituto Teológico de Petrópolis. Minha intenção é apenas indicar, tanto neste como noutros casos desta "crítica", os lugares onde, por alguma espécie de deficiência de linguagem, a comunicação não se faz como convem. Sabemos todos que aquela expressão surgiu pela primeira vez nos meados do séc. XVIII, nos escritos de Bengel, o famoso teólogo e exegeta suábico. Utilizada pelos pietistas da sua época, empobreceu-se de sentido a idéia, vindo a ser posteriormente retomada e revista pelo grande hermeneuta luterano J. Chr. K. Hoffmann, de Erlangen, o qual energicamente combateu a onda de liberalismo que marginalizava o Velho Testamento. Hoffmann argumentou que a superioridade do Novo Testamento se perde quando este se isola do Antigo. A Bíblia constitui um conjunto no qual é preciso destacar o valor do elemento histórico que o caracteriza do começo ao fim. Tais conceitos foram então, a partir da época apontada pelo nosso Autor, retomados e mais a fundo estudados, sobretudo por Otto A. Piper e C. H. Dodd além de O. Cullmann, citado pelo Autor.

A publicação deste interessante quão erudito trabalho de Frei Ludovic Garmus demonstra a importância desse método de pesquisa bíblica.

Fazemos votos para que o ilustre Autor prossiga com o mesmo entusiasmo e a mesma seriedade na sua carreira tão promissora iniciada no campo das ciências bíblicas. Bem precisados estamos, no Brasil, de obras no gênero da que acaba de publicar a Editora Vozes.

JORGE CESAR MOTA

* *

*

POULANTZAS (Nicos) . — *Poder político e classes sociais do Estado Capitalista*. (Tradução de Francisco Silva). Porto, Portucalense Editora. 1971. 2 vols. 221 e 223 pp. (Coleção A n°s 3-4).

Logo na Introdução o Autor fornece os conteúdos do materialismo histórico e do materialismo dialético como bases do *marxismo*. Trata a seguir dos

textos clássicos de Marx sobre o político: "superestrutura jurídico-política do Estado", e sobre a política: "práticas políticas de classe (luta de classes)" (pág. 35). Estuda depois o conceito de poder "que tem como lugar de constituição o campo das práticas de classe", definindo-o como "a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses específicos", (pág. 119).

Na segunda parte o *Estado Capitalista* é estudado na base dos elementos anteriores, focalizado em suas relações de produção, com relação à luta de classes e ao conceito de hegemonia. Analisando os tipos de Estado — despótico, escravagista, feudal, capitalista — correspondentes a outros tantos modos de produção, aponta o autor para o tipo ideal de Weber, cujo "valor operativo é assegurado pela sua capacidade em elucidar o real concreto, fenômenos que se apresentam como outros tantos desvios desse tipo abstracto". (pág. 172). No final do 1º volume focaliza os três tipos de revolução burguesa: os casos inglês, francês e alemão.

Define o autor, na terceira parte, os *traços fundamentais do Estado Capitalista* quanto aos interesses de classe, às ideologias e às classes dominantes. As referências às obras de Marx e outros clássicos do marxismo são numerosas, sobretudo ao 18 Brumário e Lutas de Classes na França. Aqui os conceitos de bloco no poder, de aliança e de classes-apóios são usados numa análise rigorosa, como elementos da compreensão da práxis política dentro do Estado Capitalista. O recurso a exemplos históricos completa a utilização dos mais diversos conceitos.

Sob o título geral de *A unidade do poder e a autonomia relativa do Estado Capitalista* é tratado um ponto fundamental do tipo capitalista de Estado: unidade própria do poder político institucionalizado e sua autonomia relativa, ou seja, "o carácter particular do Estado Capitalista que faz com que as instituições de poder de Estado, relativamente autonomizadas do econômico, apresentem um coesão interna específica, a qual pode ser apreendida nos seus efeitos". Isto é típico do Estado Capitalista. Por autonomia relativa entende o Autor "a relação do Estado com o campo de luta de classes, mais particularmente a sua autonomia relativa em relação às classes ou frações de bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou apóios", (pág. 93 e 94). Aqui também o exemplo do Estado bonapartista volta a elucidar a aplicação de alguns conceitos importantes na investigação de Poulantzas.

A última parte da obra é dedicada à *burocracia* e às *elites*. Com base na distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, a burocracia, não sendo uma classe ou fração autônoma de classe, não pode ter poder político próprio. "O chamado poder burocrático não é, efetivamente senão o exercício de funções do Estado". (pág. 194). A burocracia constitui uma categoria social específica, tendo uma unidade própria e autonomia relativa. "Nunca é demais repeti-lo — a burocracia é constituída em categoria específica através da sua relação com o político e com o ideológico" (pág. 221).

Livro de fundamental importância aos estudiosos do marxismo, embora de difícil leitura aos iniciantes. A indicação bibliográfica em rodapé auxiliará

em muito o leitor. A tradução destes dois pequenos volumes contribuirá para uma visão correta do marxismo como método de investigação social, e não como uma panacéia ou um monstro intelectual, conforme posições extremadas tão divulgadas nos dias de hoje.

JANUÁRIO FRANCISCO MEGALE.



FERNANDES (Florestan). — *O negro no mundo dos brancos*. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1972. 283 pág.

Este trabalho do conhecido sociólogo brasileiro, consiste em uma coletânea de 14 ensaios, redigidos entre 1943 e 1969, cujo tema central é a situação do negro e do mulato na sociedade brasileira, vista através de São Paulo, considerado o melhor representante das unidades brasileiras, por ser ao mesmo tempo tradicionalista em seus vários aspectos e o que tem recebido mais forte impulso dos ventos da urbanização e industrialização moderna.

A seleção dos trabalhos foi feita mediante uma combinação de análise sincrônica e diacrônica em um quadro metodológico, visto de uma perspectiva histórica que entretanto se desenvolveu dentro das condições estruturais-funcionais que caracterizam a formação da sociedade brasileira, não escapando entretanto de um certo cunho dialético a esse propósito.

A intenção foi "ligar a desintegração do sistema de castas e estamentos à formação e expansão do sistema de classes, no afã de descobrir as possibilidades de recalibração estrutural e dinâmica" do relacionamento inter-racial. Partiu da existência de dois polos: 1º). — Os efeitos estáticos da estruturação do comportamento ideal dos brancos, e 2º). — Uma modalidade de acomodação cultural passiva por parte dos negros, para chegar a definição de que, se os negros e mulatos desejam igualdade racial, justiça e reconhecimento, têm necessidade de sacudir a inércia acomodativa, educar-se, unir-se, para então forçar as bases da estruturação de domínio do branco, criada no sistema senhorial da escravidão.

Através de suas pesquisas derruba a base em que se acenta o mito da Democracia racial brasileira, sem deixar de considerar, entretanto, a existência certos elementos potencialmente favoráveis ao seu estabelecimento autêntico. Estabelece a condição da existência desse mito, tendência brasileira ao preconceito de não ter preconceito.

O tratamento condescendente, paternalista, que tende cada vez mais a inferiorizar o negro, que muitos consideram como surgidos da influência estrangeira, foi também verificado pelo autor, apoiado sobre pesquisas abalizadas levadas a efeito por vários cientistas de renome, comprovou que sua permanência nas atitudes e orientações em questões raciais é proveniente de um padrão cultural herdado da sociedade escravista, persistindo o modelo assimétrico de relações

raciais construído para regular o contacto e a ordenação social entre senhores e escravos, que tem por função ainda, manter os africanos em uma posição de inferioridade.

Ao considerar a posição da imigração, analisa as causas, efeitos, funcionalidade das tensões que se desenvolveram com a chegada dos imigrantes, expondo ao vivo, os problemas que criaram certas imagens, a maioria das vezes, sem bases reais, mas que somente através de uma interpretação em profundidade de suas manifestações externas pode ser atingido em seu cerne. Além disso o desenvolvimento rápido da conexão urbano-econômica que, em São Paulo assumiu proporções superiores a qualquer outra parte do país, tornaram ineficiente todo o mecanismo de adaptação do negro aos padrões ideais de comportamento que passavam a ser exigidos deles, despreparados em sua estrutura humana e social para enfrenta-lo.

Nesta obra o autor tenta esclarecer a importância e exatidão das conclusões a que se vai chegando, relativamente à problemática negra no Brasil, uma vez que a sua, como todas as demais pesquisas sociais brasileiras, passaram a desenvolver-se depois do aparecimento e ocaso dos movimentos negros da década de 1930 e do recondicionamento do processo acomodativo no negro na sociedade competitiva cada vez mais desenvolvida, gozando portanto de um panorama completo em que pode descortinar todo o processo histórico-evolutivo dessa problemática, favorecendo a interpretação em profundidade dos agentes ativos e relativos que determinam o encadeamento dos fenômenos que o constituem. Entretanto essas interpretações tem atingido muito pouco a consciência social brasileira e paulista especialmente, parece que é de interesse geral "o congelamento do problema", como o autor o diz, pois há uma recusa coletiva em encara-lo de frente e organizar ou ativar o mecanismo de combate às barreiras, atentando-se para o que há de válido no protesto negro. Tornar realidade, o que até o momento ainda é ideológico em nossa sociedade. Racionalizar a alienação preconceituosa a fim de recolocar as posições sociais e os valores humanos nos seus devidos lugares. Anular a ação, ou melhor dizendo, a omissão dos estratos sociais interessados em manter e se possível até intensificar as desigualdades raciais, evitando que as mudanças criem as condições de igualdade real, já determinadas por leis brasileiras, que trariam uma ampliação das tensões competitivas. Como esses estratos são política e economicamente os mais influentes, suas decisões são as que pesam na organização brasileira.

Evidencia-se a gravidade desse paradoxo. Os estratos sócio-econômicos e políticos sobre quem pesa a responsabilidade da organização, manutenção e desenvolvimento do regime democrático brasileiro, são justamente os que mais ofendem e dificultam o estabelecimento e a afirmação definitiva desta democracia, mantendo a desigualdade social baseada em raça, que pode ser considerada a mais efetiva de quantas há, mo mente por ser baseada em um estereótipo tão infantil como seja o da cor da pele das pessoas.

A este propósito, o autor se defende e aos outros cientistas da imputação de estarem criando o problema racial entre nós, lembrando que o cientista social não censura os agentes humanos e nem determina valores. Apenas expõem a vivo o grau de congruência existente entre as ações e os valores sociais.

Entretanto, em que pese a gravidade do problema brasileiro, considera-se a potencialidade existente no país para o estabelecimento verdadeiro da democracia racial e social com muito mais possibilidades que nos Estados Unidos e na África do Sul, mas não se pode relegar para segundo plano as potencialidades inversas, de agravamento do mesmo problema, considerando-se a inércia das classes dominantes a esse respeito, fazendo supor mesmo, uma tendência à manutenção do estado atual de coisas, com a absorção das formas sociais arcaicas. Mesmo no campo econômico, industrial e comercial, em que pese o desenvolvimento paulista, permanecem as formas que já deveriam estar ultrapassadas e que parecem quase institucionalizadas, da discriminação empregatícia e da reserva sócio-profissional. A suavidade das formas da discriminação racial típicas do Brasil são os elementos que justificam um trabalho comparativo em relação as formas acentuadas e agressivas dos outros países.

Estas mesmas características entretanto, perdem-se quando temos em mãos como o autor nos pôs, alguns excertos de obras poéticas surgidas da inteligência de um negro, tais como as de Oswaldo de Camargo, que bem ilustram como se sente o negro frente a essa discriminação:

Eu conheço um grito de angústia
E eu posso escrever esse grito de angústia
E eu posso berrar esse grito de angústia,
Quer ouvir?

"Sou um negro, Senhor, sou um ... Negro! (*Grito de Angústia*).

Em toda a manifestação negra, no teatro e no folk-lore, é deprimente a posição reservada ao negro expondo em toda sua cruzeza o estereótipo do elemento inferior, a um ponto tal, que neutraliza a personalidade e cria um condicionamento psico-social envolvente e paralisante para o negro, recolocando-o quase na mesma posição de "coisa" espiritualmente amorfa dos temos da escravidão .

Ao encerrar seu trabalho, examina os aspectos políticos do dilema racial no Brasil, sob uma abordagem que é um grito de alerta às instituições, manejadas por uma classe, descendente espiritualmente dos "senhores de escravos" que impôs ou está tentando impor, cristalizar a imposição de uma ordem institucional autocrática, com a classe dominante muito distanciada dos outros níveis e principalmente com uma classe dominada, embora seja legalmente igual a todas as demais. Quando essa igualdade é utilizada para favorecer os elementos dos mais baixos níveis, ou quando estes tentam imprimir um cunho de realidade às leis escritas da democracia brasileira através de movimentos sociais ou reivindicações justas de seus direitos, a força sócio-econômica dos dominadores se exerce, pressionando a manutenção do *status quo*, ou mes-

mo ameaçando com a subversão da ordem, o que torna de imediato, mal visto e perigoso qualquer movimento social no sentido p oposito. A repetição destas atitudes, fazendo gorar as iniciativas, com a continuidade e frequência com que se vem repetindo tendem a adormentar as mentalidades, desencorajar esfímulo, resultando em uma passividade e inercia perigosa para qualquer nação.

Atualmente uma nova forma de luta começa a se fazer sentir da parte do negro, diferindo da década de 1930, dos movimentos coletivos, por uma elevação do grupo e passa a ser a única que o branco não consegue barrar, a luta individual, egoísta, que chega a ser também por uma pequena elite que consegue atingir, a maioria das vezes, por esforços próprios, uma posição de igualdade na classe superior. Embora este não seja o ideal, não deixa de ser uma esperança, uma vez que essa posições assim adquiridas não são susceptíveis de perda e deixam entrever a possibilidade de uma ampliação do grupo negro esclarecido, o que resultaria em uma força sugestiva capaz de levar a novas formas o problema, conduzindo-o em direção de maior igualdade racial e social.

LÚCIA MARIA DE OLIVEIRA.

* *
*

IANNI (Otávio). — *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Editora Civilização Brasileira. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1972.

A reedição da presente obra é das mais oportunas, haja vista a sua expressão no conjunto das obras publicadas sobre o tema "Relações Raciais". Encontramos na obra de Ianni uma coerente e consistente análise das condições históricas e econômico-estruturais em que o Brasil se encontrava quando da Abolição do trabalho escravo. Essa caracterização, considerada básica para a compreensão "radical" das condições que daí advirão para situar o negro recém libertado no palco das relações de produção e de classe, é feita com uma admirável consistência, capaz de causar inveja aos partidários da história factual, tão comuns em nosso meio.

Para Ianni, o movimento Abolicionista, a Abolição e a Ideologia sugida na segunda metade do século XIX no Brasil só poderão ser compreendidos na sua totalidade se buscarmos as raízes desses movimentos no desenvolvimento do Capitalismo e, conseqüentemente, na exigência de um novo tipo de relações de produção condizentes com o novo sistema em emergência. Assim, a Abolição não seria apenas um movimento de libertação dos negros escravos, mas uma revolução que interessava mais às classes brancas dominantes desejosa de libertar vultosos capitais, excluindo o Negro da economia nacional como "meio de produção". Desta forma, se tornou necessária total reformulação dos conceitos éticos e religiosos sobre o negro até então vigo-

rantes, para substituí-los pela ideologia capitalista do "trabalhador livre" e da maldição da escravidão, considerada anteriormente justa e benéfica a todos.

A Abolição só se realizou quando a oposição Urbano/Rural se cristalizou pela primeira vez na História do Brasil.

A obra do Prof. Ianni se refere à situação racial em Curitiba, indo a sua análise desde a Abolição até às condições atuais das relações raciais entre negros, mulatos, poloneses, judeus, índios etc.

Considerando a sociedade curitibana como palco de intensas e complexas relações raciais, devido à presença de grande número de estrangeiros e como área de expansão do Capitalismo, traça o perfil dos estereótipos e auto-avaliações dos grupos raciais buscando sempre estabelecer as vinculações com os grupos de interesses e com as relações de dominação/subordinação, considerando esta como a chave para a compreensão da realidade. Verifica-se nesta obra uma oposição a uma certa tradição da Ciência Social brasileira que apenas se empenha em descrever os estereótipos e preconceitos como se eles existissem independentes das relações de classe.

Desta forma os preconceitos e estereótipos são manifestações exteriores, conscientes ou inconscientes dos conflitos de classe ou seja manifestações ideológicas que tendo como fundamento último as lutas entre classes no seio do Capitalismo que acabam estabelecendo uma divisão entre negro, mulato, estrangeiro, índio etc.

As próprias vítimas dos preconceitos acabam assimilando os mesmos, criando uma falsa consciência como ocorre com o mulato a meio-caminho da linha-de-cor e do processo de mobilidade social em curso.

Trata-se de mais uma obra que refuta o mito da "democracia racial" brasileira e chama a atenção para a dramática situação dos poloneses de Curitiba, colocados lado a lado, na ideologia racial em vigor, ao negro e tido como portador das mesmas qualidades negativas atribuídas aos negros (alcoolismo, religiosidade, ignorância, lealdade etc.).

Assim, a discriminação racial não atingiria apenas a população de cor, mas também poloneses, judeus e índios.

Se bem que a referência aos judeus sejam considerações diluídas (residuais) num texto preliminar sobre os poloneses, fica claro o preconceito nutrido sobre os mesmos.

A parte menos aprofundada da obra é a referente ao índio que se resume à rápida demonstração, através dos trabalhos de R. C. de Oliveira e Darcy Ribeiro, do caráter de "colonialismo interno" que tipifica o desastroso contato dos grupos indígenas com as Frentes de Penetração da sociedade nacional. É verdade que o artigo referente ao índio entra no conjunto da obra apenas para compor o quadro mais geral das relações raciais no Brasil, sendo portanto periférico à obra.

O autor parte do método estrutural-funcional e do conceito marxista de "relação de produção", classe social etc. para concluir que os conflitos raciais não decorrem apenas das diferenças culturais ou étnicas dos grupos em

contacto, mas sobretudo da necessidade funcional de criar conceitos que pudessem ser manipulados para justificar a acomodação dos grupos étnicos na sociedade competitiva em desenvolvimento.

Outro mérito desse trabalho é a meticulosa demonstração estatística dos dados e conclusões sempre, entretanto, confirmados ou delimitados em suas variantes pelos resultados de observações cuidadosas e entrevistas. Assim, o autor sempre informa o leitor de como chegou a tal ou qual conclusão, dando condições para um julgamento das mesmas e ainda imprimindo um caráter didático para a formação de pesquisadores e estudantes de Ciências Sociais.

Finalmente é uma obra rica em sugestões para futuras pesquisas que poderão completar o quadro nacional de relações sociais.

ROMERO XIMENES PONTE.